

---

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO DAS PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS NO TRABALHO COM AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

**Melissa Mel Araújo de Souza<sup>1</sup>; Mayra Rodrigues LEITE<sup>2\*</sup>**

**1.** Discente do curso de Psicologia no Centro Universitário Aparício Carvalho – [melissamelaraujo@gmail.com](mailto:melissamelaraujo@gmail.com) **2.** Psicóloga e mestranda pela Universidade Federal de Rondônia; docente no curso de Psicologia do Centro Universitário Aparício Carvalho – [mayra.leite@fimca.com.br](mailto:mayra.leite@fimca.com.br)\*

**Recebido em: 01/02/2023 Aceito em: 20/04/2023**

**RESUMO:** A violência doméstica em uma perspectiva de gênero foi apresentada neste estudo através do objetivo de compreender a percepção de profissionais (psicólogos e assistentes sociais) acerca da experiência de trabalho com autores de violência contra a mulher na cidade de Porto Velho- RO. Dessa forma, esta pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e descritiva. Foi utilizada para a coleta de dados entrevista semiestruturada com dois psicólogos e dois assistentes sociais do sistema jurídico. Quanto à análise de dados, esta foi feita a partir da análise de conteúdo. Nesse sentido, após análise, foram trabalhadas as seguintes categorias: sentimentos experienciados na rotina de atendimento, desafios enfrentados; e funcionamento das intervenções. Em relação aos resultados encontrados os participantes trouxeram falas sobre desafios que implicam diretamente nos sentimentos e percepções acerca do público atendido. Portanto, através da literatura e dos resultados da presente pesquisa, a dimensão subjetiva dos profissionais traz um diferente ângulo para o entendimento de um problema complexo e multifatorial que é a violência contra a mulher.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência doméstica. Percepções de profissionais. Autores de violência.

### **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa aborda o tema da violência doméstica a partir das percepções de profissionais no trabalho com autores de violência contra a mulher. De acordo com Sales (2018) por ser a violência doméstica um fenômeno complexo, multideterminado por fatores culturais e sociais, este não se apresenta de forma aleatória, está atrelado à violência de gênero e se delinea em situações nas quais a mulher está sujeita a uma relação de poder quando o autor da violência a subjuga e comete atos violentos que não são somente físicos, mas também psicológicos, morais, sexuais e patrimoniais.

Nesse sentido, ainda de acordo com o referido autor, há um conjunto de situações que nem sempre são identificadas como violentas, podendo chegar a um ponto agravante, que necessitará de intervenção especializada.

Para Guimarães (2015), por ser um problema social, a violência traz consigo consequências tais como: relações fragilizadas, desesperança, transtornos psicológicos, abuso de poder, entre outros. Essas consequências podem ser sofridas por ambos os lados, fazendo com que seja necessária uma intervenção jurídica que proteja a vítima, bem como medidas

---

\*Autor Correspondente

---

que possibilitem reflexão e reeducação para que o autor de violência ressignifique suas relações com mulheres tendo, portanto, relacionamentos mais saudáveis.

Beiras et al. (2019) afirmam que as intervenções para com a violência doméstica não podem se restringir somente a punições, sendo necessário ter um olhar diferenciado com alternativas e programas que trabalhem essa problemática com fins de prevenção. Os autores ainda apontam que a lei Maria da Penha, sugere a criação de políticas públicas que visem a criação de grupos com os HAV (Homens Autores de Violência), promovendo a reeducação destes através de projetos psicossociais, tendo como facilitadores uma equipe multidisciplinar que esteja preparada para essa demanda específica que envolve violência de gênero.

Nessa conjuntura os profissionais que trabalham diretamente com o público de HAV, contribuem para a ampliação do conhecimento sobre a violência contra a mulher e assim rompem com o tradicional modelo clínico no contexto jurídico ao se criar espaços de atendimento em grupo, viabilizando então um diálogo que busque repensar ações, valores e crenças (AULER, 2020).

Por conseguinte, a violência contra a mulher se caracteriza por ser um problema que tem como necessidade possibilidades diversas de intervenções, nesse sentido objetivou-se através dessa pesquisa compreender a percepção de profissionais (psicólogos e assistentes sociais) acerca da experiência de trabalho com autores de violência contra a mulher, na cidade de Porto Velho- RO.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A violência de gênero contra a mulher no âmbito doméstico**

A violência contra mulher pode ser entendida como uma violência de gênero. Esse tipo de violência, de acordo com Sardenberg e Tavares (2016), pode ser qualquer tipo, seja física, social ou simbólica, que tenha como princípio ser realizada contra pessoas apenas por seu sexo, identidade de gênero ou até mesmo a orientação sexual. Oliveira (2010) destaca que vários aspectos podem estar envolvidos nessa violência de gênero, que podem ser ideológicos, culturais e sociais.

Para Faleiros (2007) é cada vez mais claro que as diferentes formas da violência de gênero definem articulada e socialmente os lugares e o poder atribuído a homens e mulheres. Isso significa que esse tipo específico de violência pode se estruturar na sociedade, cultura,

---

economia e política, uma vez que a ideia de que as pessoas se dividem em machos e fêmeas corresponde ao papel que estas devem desempenhar na sociedade, e nestes papéis implicam poderes desiguais, tanto na vida privada quanto na vida pública.

Contudo, historicamente, de acordo com Leite (2015) a violência de gênero tem sua origem na violência doméstica por ser a família a base da sociedade. Dessa maneira, por ser a violência de gênero mais ampla que a doméstica, pressupõe-se que a violência contra a mulher no ambiente doméstico não deixa de ser uma violência de gênero. Nesse sentido, Leda Hermann (apud LEITE, 2015, p.04) aponta que a violência doméstica deve ser identificada como tal quando é perpetrada no lar ou no âmbito doméstico por um membro da família que more com a vítima, sendo este membro homem ou mulher, criança, adulto ou adolescente.

Com relação ao conceito de violência doméstica, a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) a define como qualquer ação ou omissão com base no gênero que resulta em consequências de diversas formas no âmbito doméstico, implicando assim um espaço de convívio que não necessariamente precisa haver laços naturais, mas sobretudo havendo ou tendo existido o laço afetivo. Ainda de acordo com a referida lei em seu artigo 7, há a tipificação dos tipos de violência que se enquadram como violência doméstica que são violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006).

Desta forma o âmbito doméstico e familiar também não exclui a relação íntima de afeto na qual o agressor convive ou tenha convivido com a vítima, independentemente de estarem juntos ou não (BRASIL 2006). Nesse sentido, em se tratando de violência doméstica, Souza (2022) traz que com a promulgação da Lei Maria da Penha o termo violência doméstica ganhou maior repercussão, sendo sempre associada à mulher, quando na verdade essa categoria é bem mais ampla, conforme já citado.

Portanto, a violência contra a mulher se destaca ao se constituir como um sério problema, que prejudica os direitos humanos da mulher, sua dignidade e cidadania. Uma consequência que talvez seja invisível na sociedade é o impacto psicológico dessas violências que podem atingir desde a imagem da mulher sobre si mesma, tendo como resultado, baixa autoestima, problemas de ansiedade, insegurança, até suas relações com o meio social que ficam seriamente comprometidas, por vezes, devido à falta de apoio de pessoas próximas (COSTA et al., 2014).

### **Os profissionais no trabalho com os autores de violência**

Sobre o atendimento com os agressores, Monteiro (2012) ressalta que é importante não considerar essa pessoa naturalmente agressiva, sendo essencial ter uma perspectiva de educação e reflexão. Ter um viés exclusivamente punitivo pode contribuir para um juízo de valor que não contribuirá para haver um vínculo terapêutico nas intervenções de psicólogos junto aos agressores impossibilitando assim um efetivo trabalho.

Diante disso, a psicologia não se restringe a uma área de conhecimento ou uma profissão como afirma Oliveira e Souza (2006), ela também está alicerçada a um compromisso social que exige revisão constante de valores, crenças e teorias e por isso torna-se importante investigar a concepção de profissionais que atendam vítimas e agressores no contexto de violência doméstica, pois tais concepções se relacionam com decisões que influenciam todos os envolvidos na relação de violência.

Nesse sentido, a função do profissional não se limita à intervenção dos envolvidos na violência, tem-se o compromisso com essa temática assim como uma responsabilidade com toda a sociedade.

Por conseguinte, de uma forma geral, de acordo com Brasil (2011), o trabalho com HAV segue o que foi proposto pela Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no qual objetiva-se um acompanhamento não só à vítima, mas também ao autor da violência, e complementa que o atendimento a esse público tem um caráter obrigatório e pedagógico em detrimento de um caráter assistencial de tratamento.

No entanto, há desafios no que tange à capacitação desses profissionais. Oliveira e Souza (2006) apontam que é necessário a discussão e construção de conhecimento a respeito da violência desde a formação até a forma como estão sendo ocupados os espaços de atendimento para com esse público, espaços estes de acolhimento à dor humana na violência conjugal e de gênero. Acerca dessa lógica, Scott e Oliveira (2020) observam que existe a necessidade de investimento em capacitações que qualificam e potencializam o espaço reflexivo na prática com os grupos de HAV.

Nessa perspectiva, a prática do profissional no atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar, se configura na prestação de um serviço educativo que promove a reabilitação, tendo como base os estudos de gênero na perspectiva feminista, buscando assim desnaturalizar violações históricas ao se conhecer a construção do indivíduo enquanto ser social. Traz-se assim à tona os elementos de como são construídas as

---

relações desiguais entre os gêneros na sociedade e como isso afeta a vida social das mulheres (FREITAS; THIESEN, 2020).

Portanto, o atendimento operado por esses profissionais, deve ocorrer de forma integrada e coletiva com movimentos sociais, feministas, políticas públicas e ações estatais que visem a proteção às mulheres, contribuindo assim para a ampliação das discussões em torno da igualdade de gênero não só no âmbito jurídico, mas também em escolas, centros comunitários e associações de bairro, por exemplo. A atuação em torno da violência contra a mulher, exige ações coletivas em prol da desconstrução da masculinidade violenta e a prevenção da violência (SCOTT; OLIVEIRA, 2020).

### **Intervenções e projetos direcionados a autores de violência contra a mulher**

Para Baños et al. (2017), na atualidade as intervenções psicológicas não se dirigem apenas a problemas de ordem clínica, mas também abordam aspectos da vida cotidiana, isto em função de uma melhoria na qualidade de vida. No caso da violência de gênero, demorou muito tempo para ser vista como um problema de saúde que deveria receber atenção dos especialistas responsáveis pela área, tais quais psicólogos e assistentes sociais. Isso porque a princípio se considerou que a violência ocorrida dentro de casa era um aspecto privado no qual instituições como, por exemplo, o Estado, não podiam interferir.

Nesse sentido, de acordo com Beiras et al (2022), inicialmente as intervenções eram feitas sob a ótica de uma psicologia clínica, buscando solucionar doenças psicológicas, ou seja, havia um viés de patologização da violência de uma forma que as abordagens feitas nesses grupos de agressores, percebiam-nos como doentes, com transtornos mentais, ou com problemas de desvio de personalidade.

No entanto, Zucco e Lisboa (2020) chamam a atenção para o correto termo a ser empregado, que é o termo homens autores de violência (inclusive, é o utilizado na presente pesquisa), em detrimento aos termos agressores ou criminosos. Ainda de acordo com o referido autor, o termo “autor de violência” implica que ele pratica ou praticou violência, portanto não se resume ou é a violência. As denominações agressor ou criminoso trazem uma lógica essencialista, parada no tempo que trazem consigo um estigma significando que essa pessoa nunca poderá mudar de comportamento.

Por conseguinte, em se tratando de intervenção, um dos primeiros projetos na área teve como base a psicoeducação substituindo assim uma lógica patologizante,

---

especificamente, para tratar a questão de violência doméstica e familiar contra a mulher, foi feito na Universidade de Duluth, em Minnesota, denominado de Domestic Abuse Intervention Project, mais popularmente conhecido como projeto Duluth (BEIRAS et al 2022).

Já no Brasil, o projeto Noos foi pioneiro nesse sentido, tendo iniciado suas atividades de trabalho com homens em 1999, que teve início à partir de pesquisas realizadas pela Fiocruz e a Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre identidade masculina (BEIRAS, 2014). A partir daí vários outros projetos se iniciaram, principalmente após a aprovação da Lei Maria da Penha pelo Congresso Nacional em 2006, como, por exemplo: O programa da prefeitura de Blumenau, que teve início em 2001 a 2004; o programa Albam, ONG de Belo Horizonte, que teve início em 2005 (BEIRAS, 2014).

Portanto, de acordo com Toneli et al. (2017), nos últimos anos foram realizados diversos trabalhos científicos e acadêmicos, ampliando a produção destes, no que diz respeito a tal temática. Já no relatório de Beiras (2014), a partir do levantamento feito dos diferentes projetos existentes, os principais objetivos que fazem parte da reeducação, é a questão da responsabilização do autor da violência, a interrupção ou fim dos atos de violência, desconstrução dos estereótipos de gênero, desconstrução das crenças sexistas e a revisão dos pressupostos de exercícios de masculinidade opressiva e não igualitária.

## **MATERIAL E MÉTODO**

O presente estudo utilizou da abordagem qualitativa de pesquisa. Segundo Minayo (2002), esse modelo corresponde a uma pesquisa interpretativa que possibilita aos pesquisadores identificarem os fenômenos sociais holisticamente, isto é, as relações e a subjetividade, representações e significados presentes, permitindo ao pesquisador melhor apreensão dos dados e êxito no campo.

Além disso, constitui-se numa perspectiva exploratória e descritiva, uma vez que pretende descrever aspectos subjetivos de profissionais psicólogos e assistentes sociais que atuam diretamente com autores de violência contra a mulher. Gil (2002) ainda pontua que as pesquisas exploratórias têm como foco o aprimoramento de ideias e proporcionar maior familiaridade com objeto estudado.

### **Participantes**

---

Foram entrevistados quatro profissionais, dois psicólogos (as) e dois assistentes sociais, com idades entre 44 e 53 anos, que trabalham diretamente com o público de HAV em grupos reflexivos. Os participantes têm entre 11 e 13 anos de experiência atuando no âmbito jurídico. Para manter a confidencialidade dos participantes, estes são identificados como Participante 1, Participante 2, Participante 3 e Participante 4.

O local em que ocorreram as entrevistas foi no Juizado de Violência Doméstica, onde é realizado o trabalho psicossocial com os HAV e onde atuam os referidos profissionais. Houve uma exceção de um dos profissionais que pediu para ser entrevistado (a) em sua residência, devido ao fato de ter estado de férias na época que as entrevistas foram iniciadas.

Por fim, os participantes que foram selecionados estiveram de acordo com os seguintes critérios: Profissionais que trabalhassem no sistema jurídico/forense, na função de analista nas áreas de Psicologia ou Serviço Social, atuantes em atividades de grupos reflexivos com HAV, numa experiência superior a três anos com essas atividades, em um trabalho feito em equipe de atendimento multidisciplinar. Já os profissionais envolvidos apenas em atividades administrativas foram excluídos do rol de entrevistados.

### **Procedimentos de coleta de dados**

A presente pesquisa foi iniciada após autorização do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Aparício Carvalho com parecer sob número 5.334.726.

Foram realizados convites pessoalmente por um dos pesquisadores, sendo explicado os objetivos da pesquisa. Com a aceitação dos participantes, as entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e agosto de 2022 e foram registradas em áudio.

Os instrumentos para coleta de dados foram um questionário e um roteiro de entrevista semiestruturada, aplicados de forma individual com gravação em áudio por um celular, com autorização dos participantes. Todos os instrumentos foram elaborados pelos próprios pesquisadores conforme os objetivos da pesquisa, sendo 06 questões para o roteiro de entrevista.

Conforme determina a Resolução CNS 466/2012 de diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes, estes assinaram em duas vias, ficando uma com eles e a outra com os pesquisadores.

---

## **Análise de dados**

Para a análise de dados, após a transcrição das entrevistas, foi utilizada a Análise de Conteúdo, um método de investigação sistematizado proposto por Bardin (1977) que consiste em três etapas para se chegar em resultados baseados em interpretação/inferências que são: pré-análise na qual é realizada uma leitura flutuante do material obtido; exploração do material e tratamento dos resultados nos quais são criadas categorias e codificação desse material e por último temos o tratamento de resultados, fase que o pesquisador realiza a interpretação dos resultados por meio da inferência (BARDIN, 1977).

## **RESULTADOS**

De acordo com os objetivos da presente pesquisa, foram organizadas três categorias principais que são: sentimentos experienciados na rotina de atendimento, desafios enfrentados e funcionamento das intervenções.

### **Sentimentos experienciados na rotina de atendimento**

Foram identificadas duas subcategorias que explicam melhor essa dinâmica de sentimentos vivenciados pela equipe de profissionais entrevistados: sentimentos positivos e sentimentos negativos. Quanto à primeira, observou-se maior frequência de falas que trazem o sentir-se gratificado com o que se faz e também falas acerca do sentimento de tranquilidade perante o público de autores de violência contra a mulher. O trecho a seguir ilustra esse sentimento.

A forma que eu me sinto é gratificada, me sinto bem e gosto de fazer isso.  
(Participante 3).

Em se tratando dos sentimentos vivenciados, Auler (2020) explica que esse profissional se depara com um fenômeno complexo. Nesse sentido, o profissional transita num movimento contínuo para compreender a violência nas diferentes esferas de vida dos indivíduos, assim como é necessário compreender os processos de construção da violência nessas subjetividades.

Em contrapartida, em relação ao que se denominou sentimentos negativos, foram identificadas com mais frequência falas que exprimem o cansaço. Em destaque há uma fala que traz a coexistência de sentimentos positivos e negativos.

---

Eu gosto muito desse trabalho, eu gosto muito de tá com eles, mas é um trabalho também muito cansativo. (Participante 2)

Dessa forma, apesar de haver um sentimento de gostar, há também o que o entrevistado define como cansaço. Para Auler (2020) um dos principais desafios enfrentados pelo profissional está na relação subjetiva dele com o fenômeno da violência, seus próprios preconceitos e visão a respeito da violência de gênero. Portanto podemos pressupor que esse sentimento de cansaço pode ter várias causas, inclusive uma delas pode estar relacionada com os desafios enfrentados na rotina de atendimento ao público.

### **Desafios enfrentados**

Resistência do público atendido, desconstrução de uma cultura violenta e atualização profissional, foram os principais desafios relatados pelos entrevistados. Quanto a resistência do público as falas fazem referência às pessoas que chegam para os profissionais de maneira involuntária e isso pode ser desafiador, como pode ser percebido na seguinte fala:

Existe, existe sim bastante desafios, o primeiro eu acho que é colocado pelo próprio público, né? Porque é um público às vezes resistente quando chega pra gente, chega com um pouco de resistência, né? Para aceitar a nossa intervenção. (Participante 4)

De acordo Oliveira (2018), a resistência se deve ao caráter obrigatório na qual esse público chega, muitos inclusive chegam revoltados e discordando da participação. Para o autor essa resistência inicial pode se amenizar depois de alguns encontros nas atividades seguintes que são realizadas em grupo, pois a partir das intervenções realizadas, é possível que o sujeito veja esse local como acolhedor e identifique outros na mesma situação que ele. Parece haver, portanto, uma mudança de sentimentos em relação à sua inclusão nesse atendimento.

Nesse contexto, Monteiro (2012) ressalta que por estar em grupo com outros autores de violência essa defesa e resistência do homem falar de seus conflitos se torna menor. Ainda de acordo com a referida autora, ao perceber que ele não é o único a ter esses conflitos e pensamentos e ao ver nos outros participantes pensamentos machistas ele passa a refletir sobre seu próprio ponto de vista e sua maneira de agir. Além do mais, esse espaço abre discussão para temas que no cotidiano passam despercebidos e não são discutidos.

Desse modo também foi percebido que alinhado a esse desafio de resistência imposta pelo público de HAV há uma dificuldade em desconstruir uma cultura violenta, esse desafio é

---

transmitido na fala de um dos entrevistados como uma “questão cultural”. Os aspectos culturais, como ressalta Oliveira (2010) fazem parte dos vários aspectos que podem estar envolvidos na violência de gênero na forma de hábitos e costumes advindos de um poder patriarcal. Há também como produto dessa cultura o aspecto social que está atrelado aos papéis sociais marcados por uma hierarquia entre gêneros. Essa dinâmica de violência pode então ter várias facetas e maneiras mais agressivas ou mais sutis de ocorrer.

Eles chegam aqui, eles se sentem assim, eles não entendem, eles não identificam, então assim essa questão cultural faz com que eles não se identifiquem como pessoas agressoras. (Participante 3).

Os entrevistados também relatam sobre essa dificuldade de desconstruir um pensamento e um comportamento violento, como podemos identificar no seguinte trecho:

É um pensamento que vem desde os primórdios da sociedade, então desconstruir isso é o nosso maior desafio. (Participante 1)

Nesse sentido, no decorrer da história a violência contra a mulher em âmbito doméstico se mostrou em maior evidência, uma vez que se manifesta de maneira estrutural dentro da sociedade, trazendo assim uma relação na qual essa violência de gênero se destaca, pois se naturaliza dentro da sociedade contemporânea (SARDENBERG; TAVARES, 2016).

O outro desafio vivenciado e apresentado pelos profissionais entrevistados foi a atualização profissional. Esta é diferente das subcategorias anteriores, pois enquanto aquelas trazem um desafio externo que é imposto pelo público atendido esta, por sua vez, se trata de um desafio que é oriundo da própria prática profissional, pois é uma atuação que requer sempre conhecimentos atualizados, como podemos perceber nas falas seguintes:

Eu acho que esse é o maior desafio; manter-se atualizado. Manter-se participando dos estudos, de congressos, de pesquisas. (Participante 2).

Desse modo, o trabalho desse profissional implica um preparo a partir do embasamento teórico nas categorias de gênero, ciências sociais e um profundo entendimento dos processos sócio-históricos acerca dos papéis sociais desempenhados pelo homem e pela mulher (AULER, 2020).

Conforme Monteiro (2012) para se atuar nesse contexto é necessário sempre reciclar os conhecimentos, participando de cursos e palestras, nesse sentido é necessário ter

---

conhecimentos teóricos que possam ser aplicados nos procedimentos interventivos da psicologia social e jurídica.

O nosso maior desafio é essa coisa, né? De treinamento, de capacitações, de tudo. (Participante 3).

Portanto para a formação no âmbito das Ciências Sociais e Humanas se torna essencial a incorporação do estudo de temas que envolvam a violência de gênero, masculinidades, estudos feministas e entre outras nos currículos das instituições como sendo disciplinas obrigatórias, para então haver a possibilidade de uma melhor compreensão dos processos de socialização bem como as dinâmicas sociais, visando assim uma melhor formação para os profissionais que trabalham na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres (ZUCCO; LISBOA, 2020).

### **Funcionamento das Intervenções**

Os processos iniciais da intervenção tratam sobre os primeiros passos no atendimento com o público de HAV. As palavras mais citadas foram “acolhimento” e “encaminhamento”. Este último termo se refere à condição na qual o HAV chega, que é por meio de uma ordem judicial, como podemos perceber nessa fala:

A gente atende primeiramente eles vêm encaminhado no processo, então assim são homens autores de violência contra mulheres, foram denunciados. (Participante 3)

Zucco e Lisboa (2020) explicam que a partir da denúncia e do processo jurídico os autores de violência são encaminhados para participar de grupos reflexivos ou para outros tipos de ações. Através das medidas protetivas regidas por lei específica, Lei 13.984 de 3 de abril de 2020, estabelece-se por determinação de um juiz o comparecimento a programas de recuperação e “reeducação” através de um acompanhamento psicossocial por equipe especializada e interdisciplinar.

Já o acolhimento tem como contexto um primeiro contato com o HAV que pode ser por meio de uma entrevista.

Então ele chega pra gente, a gente faz o acolhimento, uma entrevista pra saber um pouco sobre ele, sobre a história conjugal, né? Sobre o que levou ele a estar ali. (Participante 4).

---

No estudo de Oliveira (2018) que traz como objetivo a análise de um grupo reflexivo para homens autores de violência contra a Mulher, no Distrito Federal, a autora identifica que num primeiro momento se inicia uma abordagem de atendimentos individuais para uma escuta qualificada e acolhimento, em seguida essa pessoa atendida é direcionada a participação de um grupo reflexivo no qual terá a duração de três meses, num total de 10 a 12 encontros.

Os grupos reflexivos, eles funcionam com o mínimo de dez reuniões semanais e que podem às vezes precisar de mais tempo. (Participante 2).

Nessa perspectiva foram citadas, na presente pesquisa, algumas falas sobre o Projeto Abraço, criado e desenvolvido no próprio fórum, que é um grupo formado pelos HAV onde estes são convidados à reflexão através de dez reuniões semanais. Segundo Martins (2020) os programas de intervenção são operados por organismos que enfrentam esse tipo de problemática na sociedade, a violência contra mulher, esses organismos podem ser governamentais ou não governamentais, também podem ser interinstitucionais e intersetoriais. Também podem ser ministrados por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais especializados nas áreas, psicossocial, jurídica e da saúde.

Segundo Beiras (2014), nos últimos 20 anos foi possível assistir o desenvolvimento e formulações de diferentes formas de estratégias de prevenção e atendimento à violência de gênero e doméstica em contexto brasileiro e internacional. Até a década de 1990 os esforços priorizavam o atendimento às vítimas, porém com o desenvolvimento e melhoria das leis e do sistema judiciário, começou-se a dar atenção aos causadores de tais tipos de violência.

Já em Rondônia, de forma pioneira o Projeto Abraço foi instituído no ano de 2009, no âmbito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Porto Velho-RO, possui grupos reflexivos de homens autores de violência desde sua implementação (FERRO, 2019).

A gente acabou desenvolvendo isso, né? O Projeto Abraço, ele foi um dos precursores desse tipo de trabalho nos fóruns, trabalhos com homens, né ? (Participante 3).

Quanto aos objetivos trabalhados no grupo Projeto Abraço, os entrevistados trazem como um dos principais o de reflexão que resulta num melhor entendimento por parte do público. Medrado et al (2011) em um estudo referente a violência de gênero e grupos reflexivos ressalta que os profissionais entrevistados defendem a necessidade da

---

conscientização para se iniciar um processo de mudança que conseqüentemente seria um primeiro passo para o fim da violência de gênero.

Reflexões sobre questões de gênero, de acordo com Oliveira (2018), além de comunicação, reconhecimento e expressão dos sentimentos, conhecimentos a respeito da Lei Maria da Penha, entre outras temáticas, compõem um conjunto que são trabalhados por meio de dinâmicas e atividades que promovem essa reflexão e discussão dos participantes.

Então assim, esses homens adquirindo esses conhecimentos, né? Esse novo comportamento, essa nova forma de agir, de olhar, de pensar, de sentir, né? Que é o nosso, nossa proposta. (Participante 3)

Alinhado ao objetivo de promover reflexão, outro objetivo bastante citado pelos entrevistados foi o de responsabilização do ato agressivo e como isso pode ser trabalhado num contexto educativo. Auler (2020) identifica em sua pesquisa que os psicólogos entrevistados manifestaram suas percepções sobre os autores de violência contra a mulher e a relação destes com o ato agressivo que, principalmente no primeiro encontro, os homens chegam não se considerando responsáveis pelos atos de agressão. Geralmente se consideram vítimas, pois não foram ouvidos pelo judiciário e a mulher nesse contexto de conflito foi favorecida.

Dessa forma, Oliveira (2018) também identifica que um dos principais objetivos trabalhados em grupos é o reconhecimento de práticas violentas, sendo assim há um esforço em trazer a reflexão sobre a responsabilização desse ato em conjunto com a prevenção de outros atos que possam vir a acontecer.

A gente sempre fala assim que a gente discute, oferece, reflete, mas a autonomia de decisão e a responsabilidade pela mudança é sempre deles, então eles é que vão dar encaminhamento para aquilo que eles receberam ali. (Participante 4).

Outro objetivo bastante citado pelos entrevistados foi o de evitar reincidências, isto é, evitar a repetição do ato agressivo, trazendo assim uma perspectiva futura de mudança de comportamento, derivada dos objetivos anteriormente citados. Complementando essa questão, Zucco e Lisboa (2020) ressaltam que nos grupos reflexivos se espera como resultado final a mudança de um comportamento, por isso se faz necessário ações preventivas e de enfrentamento, entre essas ações estão os trabalhos em grupo.

Então o objetivo do programa é fazer com que esse índice de violência caia e os homens que cheguem não sejam reincidentes. (Participante 1).

---

A gente de alguma forma, a gente consegue sim ajudar nesse. Nessa reincidência, na diminuição dessa reincidência, e claro né? Auxilia também na questão da mulher, né? Para que ela não volte a sofrer essa violência. (Participante 3).

Dessa forma, essa intervenção teria como um de seus objetivos a prevenção de novos casos de violência, pois não somente a mulher precisa de um acompanhamento, sendo importante também o autor compreender a responsabilidade de seus atos para haver possibilidades de mudanças. Portanto o objetivo dos grupos é promover a reflexão acerca da violência e assim entender que há outras formas de resolver conflitos, assim como novas formas de se relacionar com suas parceiras não necessariamente empregando a violência para resolver os conflitos dessa relação (AGUIAR, 2009; OLIVEIRA E GOMES, 2011 *apud* MONTEIRO, 2012, p. 29).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência contra a mulher se caracteriza por ser um problema amplo e com possibilidades diversas de intervenções, nesse sentido consideramos importante compreender a percepção de profissionais (psicólogos e assistentes sociais) acerca da experiência de trabalho com autores de violência contra a mulher, na cidade de Porto Velho- RO.

Assim, ao identificar a relação entre a subjetividade do profissional de âmbito jurídico conforme o público no qual atende, foram identificadas poucas falas a respeito de sentimentos experienciados, o que coincidentemente se alinha ao escasso conteúdo teórico sobre sentimentos. Diante desses resultados percebe-se o quanto são necessários mais trabalhos que abordem este conteúdo.

Porém, em relação a desafios encontrados e intervenções realizadas, os participantes trouxeram um conteúdo mais robusto, com desafios que implicam diretamente nos sentimentos e percepções acerca do público atendido. Dessa forma, os principais desafios apontados foram resistência do público atendido e desconstrução de uma cultura violenta. Outro desafio muito discutido, diferente dos anteriores, é o de atualização profissional, pois é proveniente da própria prática profissional que requer sempre conhecimentos atualizados.

Em relação às intervenções realizadas, estas estão de acordo com a literatura em questão do ambiente onde é realizado (geralmente são nos fóruns onde há um juizado da violência doméstica e familiar contra a mulher), o formato em grupos, a abordagem utilizada e os objetivos.

---

Portanto, apesar de ter como limitações um pequeno número de participantes e poucos resultados a respeito de sentimentos experienciados pelos profissionais, os conhecimentos produzidos através dos resultados dessa pesquisa podem ser úteis para que novos estudos sejam realizados a partir desse tema, que é a dimensão subjetiva, pois as percepções e sentimentos de profissionais que trabalham com HAV é um assunto que colabora para a leitura de um complexo fenômeno que é a violência contra a mulher no âmbito doméstico.

### **DOMESTIC VIOLENCE: A STUDY OF THE PERCEPTIONS OF PROFESSIONALS WORKING WITH PERPETRATORS OF VIOLENCE AGAINST WOMEN**

**ABSTRACT:** Domestic violence from a gender perspective was presented in this study through the objective of understanding the perception of professionals (psychologists and social workers) about the experience of working with perpetrators of violence against women in the city of Porto Velho-RO. Thus, this research is of a qualitative nature, of the exploratory and descriptive type, and a semi-structured interview with two psychologists and two social workers from the legal system was used to collect data. As for the data analysis, this was done from the content analysis. In this sense, after analysis, the following categories were worked on: Feelings experienced in the care routine, Challenges faced and How the interventions worked. Regarding the results found, the participants brought statements about challenges that directly affect the feelings and perceptions of the public served. Therefore, through the literature and the results of this research, the subjective dimension of professionals brings a different angle to the understanding of a complex and multifactorial problem that is violence against women.

**KEYWORDS:** Domestic violence. Perceptions of professionals. Perpetrators of violence.

---

### **REFERÊNCIAS**

AULER, R. G. C. *A atuação do psicólogo com homens autores de violência: alcances e desafios*. Dissertação (Mestrado) - Psicologia da Saúde, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 115f. 2020 Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/2044> . Acesso em 10 mar. 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 70. ed. São Paulo: Persona, 1977.

BAÑOS CANO, M.; GARCÍA MERAZ, M.; BARRERA RAMOS, C. A. Intervención con hombres que ejercen violencia de género: una propuesta desde las masculinidades. *Edähi Boletín Científico de Ciencias Sociales y Humanidades del ICSHu*, v. 5, n. 10, 4 jul. 2017. Disponível em: <https://repository.uaeh.edu.mx/revistas/index.php/icshu/article/view/2441> Acesso em: 20 out. 2022.

BEIRAS, A., NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade* [online]. 2019, v. 28, n. 1, pp. 262-274. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170995>. Acesso em: 25 ago. 2022

BEIRAS, A. et al (Org.). *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos*. Florianópolis: Academia Judicial, 2022. 257 p. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/parceiros/artigos-1/ghav-estudos-teoricos-2.pdf> Acesso em: 01 nov. 2022.

BEIRAS, A.. *Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Universidade Autônoma de Barcelona. 2014. Disponível em: <https://noos.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Relatorio-Mapeamentohomens autores de violencia contra mulheres-instituto noos.pdf> Acesso em: 27 de novembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Brasília, Distrito Federal, 07 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília: Ideal, 2011. 46p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres> . Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012*. Brasília, 2012. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html) Acesso em: 25 nov. 2022.

COSTA, C. T. S, et al. Violência contra a mulher: fatos e contextos de boletins de ocorrências. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*. v. 8, n. 4, 2015.. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/307697661\\_Violencia\\_Contra\\_a\\_Mulher\\_fatos\\_e\\_contextos\\_de\\_boletins\\_de\\_ocorrencias](https://www.researchgate.net/publication/307697661_Violencia_Contra_a_Mulher_fatos_e_contextos_de_boletins_de_ocorrencias) .Acesso em: 24 de nov. de 2022.

FALEIROS, E. Violência de gênero. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.61-65. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936438/violencia-genero.pdf>Acesso em: 17 Set. 2021.

FERRO, A. K. *Projeto Abraço e a violência contra a mulher: relevância de um olhar sobre o agressor para a desconstrução da violência de gênero*. Fundação Universidade de Rondônia. 2019. Disponível em: <https://emeron.tjro.jus.br/producoes-academicas/dissertacoes/1262-o-projetoabraco-e-a-violencia-contra-a-mulher-relevancia-de-um-olhar-sobre-o-agressorpara-a-desconstrucao-da-violencia-de-genero> Acesso em 01 de outubro de 2021.

FREITAS, J. S.; THIESEN, M. D. *Autores de Violência Doméstica e Familiar: um estudo a partir da reflexão do trabalho do/a assistente social junto aos serviços de responsabilização*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Curso de Serviço Social, Universidade do Sul de Santa Catarina– UniSul, Santa Catarina, 20f., 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16976> Acesso em: 01 abr. 2022.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf) Acesso em: 20 out. 2021.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia e Sociedade* [online], v. 27, n. 2, 2015, pp. 256-266. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>. Acesso em: 24 nov, 2022.

LEITE, R. C. C. Violência doméstica e violência de gênero. Reflexões à luz da recente orientação do tribunal de justiça do estado de São Paulo. *Revista Científica Semana Acadêmica*, v. 1, n. 75, 2015. Disponível em <https://semanaacademica.org.br/artigo/violencia-domestica-e-violencia-de-genero-reflexoes-luz-da-recente-orientacao-do-tribunal-de> Acesso em: 24/11/2022.

MARTINS, H. L. C. *Contribuições das intervenções com homens autores de violência (hav) no enfrentamento a violência contra a mulher*. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 25 f, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20525?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20525?locale=pt_BR) Acesso em: 23 set. 2021.

MEDRADO, B. L, A. R.; BRASILINO, J. Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. *Psicologia em Estudo*. 2011, v. 16, n. 3, pp. 471-478. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/XqmhQHMBNbhwfTy8xqbH75H/abstract/?lang=pt#> Acesso em 12 Dez. 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes. 2002.

MONTEIRO, F. S. *O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica*. 2012. 63 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Centro Universitário de Brasília - Uniceub, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746>. Acesso em: 10 mar. 2022.

OLIVEIRA, Juliana de. *Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: retrato de um serviço*. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/804> Acesso em: 10 out. 2022.

OLIVEIRA, G. F. *Violência de gênero e a lei Maria da Penha*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 06 out 2010. Disponível em <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/21763/violencia-de-genero-e-a-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 24 nov. 2022.

---

OLIVEIRA, D. C.; SOUZA, L. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 34-50, dez. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812006000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000200004&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 18 set. 2022.

SALES, L. B. S. *O ciclo da violência doméstica e as medidas protetivas de urgência nas agressões sofridas por mulheres em relacionamentos íntimos*. 2018. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30088?mode=simple> Acesso em: 17 out. 2021.

SARDENBERG, C. M. B., TAVARES, M. S. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EDUFBA, 2016, 335. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q7h4k>. Acesso em: 20 out. 2021.

SCOTT, J. B.; OLIVEIRA, I. F. Grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica: estudo comparativo a partir de três programas brasileiros. *Psicol. teor. prá.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p.01-20, 2021. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872021000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872021000100007&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 10 nov. 2022.

SOUZA, G. L.. *Violência doméstica contra a mulher: uma questão de gênero*. 2022. 63 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Ufal, Campus Arapiraca, Palmeira dos Índios, 2022. Disponível em: <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/4130>. Acesso em: 22 nov. 2022.

TONELI, M. J. F.; BEIRAS, A.; RIED, J. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 51, p. 174-193, jan. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2017v51n1p174/34480> Acesso em: 25 out. 2021.

ZUCCO, L P; LISBOA, T. K. *O trabalho com Homens autores de violência no contexto de Covid-19 e o Serviço Social*. 2020. 14 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://ppgss.ufsc.br/pb/2020/05/20/artigo-o-trabalho-com-homens-autores-de-violencia-no-contexto-de-covid-19-e-o-servico-social/> Acesso em: 08 out. 2022.